



DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 130,00

| | | | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|----------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.impresanacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».</p> | ASSINATURA | | <p>O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.</p> |
| | | Ano | |
| | As três séries | Kz: 470 615.00 | |
| | A 1.ª série | Kz: 277 900.00 | |
| | A 2.ª série | Kz: 145 500.00 | |
| A 3.ª série | Kz: 115 470.00 | | |

SUMÁRIO

Presidente da República

Decreto Presidencial n.º 170/15:

Aprova a abertura do crédito adicional no montante de AKz: 490.000.000,00 para o pagamento das despesas relacionadas com o funcionamento da Unidade Orçamental do Ministério das Finanças.

Decreto Presidencial n.º 171/15:

Nomeia o Conselho de Administração da empresa TAAG — Linhas Aéreas de Angola-E.P. por mandato de 5 anos. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma, nomeadamente o Despacho Presidencial n.º 71/13, de 5 de Setembro.

Decreto Presidencial n.º 172/15:

Nomeia Fernando Faustino Muteka para o cargo de Consultor do Presidente da República.

Decreto Presidencial n.º 173/15:

Indulta as pessoas condenadas a penas de prisão maior, não superior a doze anos e, as penas correccionais, por terem cumprido metade da pena, até ao dia 17 de Setembro de 2015, as mulheres condenadas que têm a seu cargo filhos menores de 12 anos de idade, desde que do crime cometido não tenha resultado a morte e comuta de, até ¼, as penas de prisão maior, superiores a 12 anos, por terem cumprido metade da pena até ao dia 17 de Setembro de 2015.

Decreto Presidencial n.º 174/15:

Dota o Ministério da Geologia e Minas de um instrumento que regula a execução de medidas legais, administrativas e económicas decorrentes do Código Mineiro, conducentes à normalização da situação das licenças ociosas.

Despacho Presidencial n.º 73/15:

Aprova o projecto de Fornecimento de Fardamento e Equipamento de Uso Militar para as Forças Armadas Angolanas, bem como o contrato referente ao mesmo, a ser celebrado com a empresa China Xinxing and Export Corporation, no valor total de USD 44.600.000,00 e autoriza o Ministro da Defesa Nacional, em representação do Estado Angolano, a celebrar o referido Contrato e o Ministro do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial a incluir o projecto de Fornecimento de Fardamento e Equipamento de Uso Militar para as Forças Armadas Angolanas na Programação Anual de Investimento Público (PIP).

Despacho Presidencial n.º 74/15:

Actualiza a Comissão para a Família das Condecorações Militares.

Despacho Presidencial n.º 75/15:

Actualiza a Comissão Nacional de Analfabetismo, coordenada pelo Ministro da Educação. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma, nomeadamente o Despacho Presidencial n.º 38/13, de 15 de Abril.

Ministério das Finanças

Despacho n.º 287/15:

Subdelega plenos poderes a Américo Miguel da Costa, Secretário Geral, para representar este Ministério na assinatura do Contrato de Empreitada de modificação, instalação e apetrechamento de um refeitório no 5.º andar do edifício sede deste Ministério, que vincula a Empresa SINOVA — Arquitectura, Urbanismo e Remodelação, Limitada.

Despacho n.º 288/15:

Autoriza a desvinculação e alienação dos Imóveis, sito em Luanda, Distrito da Ingombota, Rua Guilherme Pereira inglês (Ex. Barbosa Rodrigues), 1.º andar, com número de policia 6, apartamento 6, descrito na Matriz Predial Urbana sob o n.º 3.400 e sito em Saurimo, Lunda-Sul, Bairro II de Novembro, Rua Martins Soares, descrito na Matriz Predial Urbana sob o n.º 174 e subdelega plenos poderes a Sílvio Franco Burity, Coordenador da Comissão Multissetorial para Desvinculação e Venda de Imóveis Vinculados (CMDVIV) para em representação deste Ministério, outorgar os Contratos Promessa de Compra e Venda e a escritura pública referente aos imóveis.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Decreto Presidencial n.º 170/15 de 15 de Setembro

Havendo necessidade de se proceder à autorização do crédito adicional no Orçamento Geral do Estado 2015, para o suporte das despesas de funcionamento do Ministério das Finanças;

Tendo em conta que a Lei n.º 15/10, de 14 de Julho — Lei do Orçamento Geral do Estado, determina no n.º 1 do artigo 27.º que os créditos suplementares autorizados por Lei são abertos por Decreto Presidencial;

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 1 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

ARTIGO 1.º

(Aprovação de abertura de crédito adicional suplementar)

É aprovada a abertura do crédito adicional no montante de AKz: 490.000.000,00 (quatrocentos e noventa milhões de Kwanzas) para o pagamento das despesas relacionadas com o funcionamento da Unidade Orçamental do Ministério das Finanças.

ARTIGO 2.º

(Inscrição da dotação orçamental)

O crédito adicional aberto nos termos do artigo 1.º deste Decreto Presidencial é afecto à Unidade Orçamental — Ministério das Finanças.

ARTIGO 3.º

(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelo Presidente da República.

ARTIGO 4.º

(Entrada em vigor)

O presente Diploma entra em vigor na data da sua publicação. Publique-se.

Luanda, aos 10 de Setembro de 2015.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

Decreto Presidencial n.º 171/15
de 15 de Setembro

Havendo necessidade de se implementar medidas económicas e financeiras conducentes à consolidação das Políticas do Executivo definidas para o Sector dos Transportes;

Tendo em conta a importância de dinamizar a política empresarial da TAAG — Linhas Aéreas de Angola, no sentido de concretizar os seus objectivos estratégicos;

Considerando que foi aprovado pelo Despacho Presidencial n.º 218/14, de 24 de Outubro, o Contrato de Gestão da TAAG com a Emirates Airlines, com objectivo de dotar a Companhia Aérea Nacional de uma gestão profissional de nível internacional, visando a eliminação dos problemas concernentes à eficiência e eficácia que vêm persistindo há longos anos;

Atendendo a necessidade de aumentar a oferta de destinos para os passageiros angolanos, melhorar substancialmente o serviço que a TAAG presta aos seus passageiros, elevar os padrões de operacionalidade e segurança da TAAG, permitir uma transferência de conhecimentos e boas práticas da Emirates Airlines para a TAAG, a todos os níveis, que deverá contribuir para a formação e potenciação dos gestores e técnicos da Companhia Aérea Angolana, sanear financeiramente a TAAG, aplicar maior rigor em todos os processos de controlo e reduzir os custos operacionais da TAAG;

Tendo em conta o disposto nos n.ºs 1, 2 e 4 do artigo 46.º da Lei n.º 11/13, de 3 de Setembro, que aprova as Bases do Sector Empresarial Público;

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea do artigo 120.º e do n.º 3 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

ARTIGO 1.º

(Nomeação)

1. É nomeado, por mandato de 5 (cinco) anos, o Conselho de Administração da empresa TAAG — Linhas Aéreas de Angola-E.P., com a seguinte composição:

- a) Peter Murray Hill — Presidente do Conselho de Administração;
- b) Joaquim Teixeira da Cunha — Administrador Executivo;
- c) Vipula Mathanga Gunatilleka — Administrador para a Área Financeira e Administrativa;
- d) Patrick J. Rotsaert — Administrador para a Área Comercial;
- e) Donald Ian Hunter — Administrador para a Área das Operações;
- f) Luís Eduardo dos Santos — Administrador Não Executivo;
- g) Arlindo de Sousa e Silva — Administrador Não Executivo;
- h) Mário Rogério Henrique de Oliveira Von Hoff — Administrador Não Executivo;
- i) Adelaide Isabel de Sousa Godinho — Administradora Não Executiva.

2. Os Administradores Executivos constituem-se em Comissão Executiva a quem compete a gestão corrente da empresa, compreendendo todos os poderes de gestão necessários e convenientes para o exercício da sua actividade de acordo com os instrumentos de gestão aprovados.

3. Os Administradores Não Executivos assumem a função de «controllers», no âmbito da actividade do Conselho de Administração.

ARTIGO 2.º

(Legislação aplicável)

O Conselho de Administração ora nomeado deve cumprir e fazer cumprir as disposições legais aplicáveis às empresas públicas, designadamente a Lei n.º 11/13, de 3 de Setembro, bem como o Decreto n.º 48/02, de 24 de Setembro, que estabelece as normas a observar pelas empresas públicas, no âmbito do cumprimento do disposto na Lei do Orçamento Geral do Estado.

ARTIGO 3.º

(Revogação)

É revogada toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma, nomeadamente o Despacho Presidencial n.º 71/13, de 5 de Setembro.

ARTIGO 4.º

(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões suscitadas na interpretação e aplicação do presente Decreto Presidencial são resolvidas pelo Presidente da República.

ARTIGO 5.º
(Entrada em vigor)

O presente Diploma entra em vigor na data da sua publicação. Apreciado em Reunião Conjunta da Comissão Económica e da Comissão para a Economia Real do Conselho de Ministros, em Luanda, aos 3 de Setembro de 2015.

Publique-se.

Luanda, aos 11 de Setembro de 2015.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

Decreto Presidencial n.º 172/15
de 15 de Setembro

Por conveniência de serviço;

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 1 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, conjugado com a alínea e) do n.º 3 do artigo 13.º do Decreto Legislativo Presidencial n.º 5/12, de 15 de Outubro, e n.º 1 do artigo 21.º do Decreto Presidencial n.º 193/13, de 20 de Novembro, o seguinte:

É nomeado Fernando Faustino Muteka para o cargo de Consultor do Presidente da República.

Publique-se.

Luanda, aos 10 de Setembro de 2015.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

Decreto Presidencial n.º 173/15
de 15 de Setembro

O 40.º Aniversário da Independência Nacional, a celebrar-se a 11 de Novembro de 2015, constitui um marco histórico de transcendental importância para todo o Povo Angolano, no âmbito das vitórias alcançadas ao longo desse período, o que possibilitou a inserção condigna da República de Angola no contexto das Nações;

Considerando a necessidade de se enaltecerem os valores da concórdia, da paz e da fraternidade, incentivando deste modo o espírito de clemência e da sã convivência entre todos os cidadãos angolanos;

Tendo em conta a importância e os ideais que nortearam a institucionalização na República de Angola, do dia 17 de Setembro, como Dia do Herói Nacional;

A fim de se honrar a memória dos heróis tombados pela causa da libertação da Pátria, pela consolidação da paz e ponderados os esforços despendidos para a melhoria do sistema de justiça em geral;

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea n) do artigo 119.º da Constituição da República de Angola, o seguinte:

ARTIGO 1.º
(Indulto)

1. São indultadas as pessoas condenadas a penas de prisão maior não superior a doze anos e a penas correcionais, por terem cumprido metade da pena, até ao dia 17 de Setembro de 2015.

2. São indultadas ainda as mulheres condenadas que têm a seu cargo filhos menores de 12 anos de idade, desde que do crime cometido não tenha resultado a morte.

3. O Indulto referido no número anterior não abrange as pessoas condenadas:

- a) Por crimes dolosos de que tenha resultado a morte;
- b) Por crimes de violação sexual;
- c) Por roubo qualificado cometido com auxílio de arma de fogo;
- d) Por crimes militares punidos com pena de prisão maior superior a 12 anos.

ARTIGO 2.º
(Comutação)

1. São comutadas de, até ¼, as penas de prisão maior superiores a 12 anos, por terem cumprido metade da pena até ao dia 17 de Setembro de 2015.

2. A comutação referida no número anterior não abrange os condenados:

- a) Por crimes dolosos de que tenha resultado a morte;
- b) Por crimes de violação sexual;
- c) Por roubo qualificado cometido com auxílio de arma de fogo;
- d) Por crimes militares punidos com pena de prisão maior, superior a 12 anos.

ARTIGO 3.º
(Obrigações)

Os órgãos competentes do Estado devem exercer o controlo das medidas de clemência jurídica, a serem aplicadas aos destinatários previstos no presente Diploma, bem como acautelar a liquidação das penas e a prevalência da responsabilidade civil decorrente da prática de tais crimes.

ARTIGO 4.º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelo Presidente da República.

ARTIGO 5.º
(Entrada em vigor)

O presente Diploma entra em vigor na data da sua publicação. Publique-se.

Luanda, aos 10 de Setembro de 2015.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

Decreto Presidencial n.º 174/15
de 15 de Setembro

As opções estratégicas do Executivo relativamente ao Sector da Geologia e Minas evidenciadas no Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 e na Estratégia de Longo Prazo 2025 estabelecem como uma das prioridades a diversificação do aproveitamento dos recursos minerais do País, numa base racional e sustentável;

Perspectivando-se um aumento considerável de investimento privado no Sector da Geologia e Minas como resultado do PLANAGEO e estando em curso propostas de projectos de investimento mineiro com base nas informações geológicas existentes;

Tendo-se constatado que uma parte considerável do território nacional está abrangida por concessões para o desenvolvimento de projectos mineiros, mas que os seus titulares não observam as regras do Código Mineiro nem desenvolvem as actividades geológico-mineiras que se propuseram realizar, considerando-se por isso concessões ociosas;

Havendo necessidade de se assegurar a conformidade às regras do Código Mineiro de todas as licenças e títulos na posse de pessoas singulares e colectivas que não desenvolvem as actividades geológicas e mineiras correspondentes, e visando materializar os objectivos estratégicos do Sector Geológico-Mineiro, bem como o imperativo do cumprimento das medidas legais, administrativas e económicas sobre as concessões mineiras ociosas;

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea l) do artigo 120.º e do n.º 3 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

ARTIGO 1.º
(Objecto)

1. O presente Decreto Presidencial tem por objecto dotar o Ministério da Geologia e Minas (MGM) de um instrumento regulamentar para a execução das medidas legais, administrativas e económicas decorrentes do Código Mineiro, conducentes à normalização da situação das licenças ociosas, de acordo com os procedimentos constantes deste Diploma.

2. As medidas referidas no número anterior visam conformar as actuais concessões mineiras ao disposto no Código Mineiro, bem como assegurar a libertação das áreas cujos titulares não tenham observado as condições, requisitos e obrigações que a lei exige para o exercício das actividades geológicas e mineiras.

ARTIGO 2.º
(Critérios gerais de actuação)

Sem prejuízo de outras medidas administrativas que se mostrem adequadas para assegurar a regularização das concessões ociosas, devem ser observadas as seguintes medidas:

- a) Extinção dos direitos mineiros cujos titulares detenham mais de 3 (três) concessões relativas a um mesmo tipo de mineral;
- b) Restrição das concessões à área máxima permitida por lei e a livre disposição da área excedente para outorga a outros investidores;
- c) Redução gradual das áreas, nos termos do Código Mineiro e a sua livre disposição pelo Estado para afectação a outros investidores;
- d) Identificação dos casos de incumprimento das principais obrigações legais no quadro da actividade geológico-mineira, tais como o desenvolvimento dos projectos nos prazos legais, envio de relatórios de progresso e a consequente aplicação das sanções legalmente previstas;

- e) Identificação dos casos de não pagamento das taxas de superfície e outras contribuições e a consequente aplicação das sanções legalmente previstas;
- f) Identificação de concessões em que tenham existido graves danos ao meio ambiente ou às comunidades locais e a aplicação das sanções correspondentes.

ARTIGO 3.º
(Critérios específicos de actuação)

Na identificação e resolução das situações de incumprimento das regras de concessão estabelecidas no Código Mineiro devem ser observados em especial os seguintes critérios:

- a) A garantia de que o titular do direito mineiro desenvolva efectivamente as actividades geológico-mineiras previstas no quadro do projecto de investimento mineiro aprovado;
- b) Nos casos em que os titulares de direitos mineiros reconheçam a incapacidade de cumprir as suas obrigações legais e aceitem a extinção do direito mineiro por mútuo acordo, nos termos do artigo 58.º do Código Mineiro, deve ser dado tratamento especial na protecção dos seus interesses no quadro da lei;
- c) A protecção referida na alínea anterior pode ser substanciada na integração do titular do direito em futuros projectos mineiros em condições a acordar, ou a outorga de outra concessão para cujo aproveitamento efectivo mostre ter capacidade comprovada.

ARTIGO 4.º
(Regularização voluntária)

Aos titulares de direitos mineiros que se encontrem em incumprimento é concedido um prazo de 60 (sessenta) dias para a sua regularização voluntária, sob pena de verem extintos os seus direitos nos termos das disposições aplicáveis do Código Mineiro.

ARTIGO 5.º
(Processo de regularização voluntária)

1. Sem prejuízo de aplicação de sanções legalmente previstas, o processo de regularização voluntária referido no artigo anterior deve dar início da seguinte forma:

- a) O Ministério da Geologia e Minas deve comunicar aos detentores de títulos mineiros a necessidade de sanarem as situações de incumprimento legal ou contratual;
 - b) A comunicação referida na alínea anterior deve ser personalizada e amplamente publicada, sendo considerada para efeitos legais como notificações públicas.
2. A notificação acima referida deve fazer menção do seguinte:
- a) As situações de incumprimento mais frequentes;
 - b) Indicar os procedimentos a adoptar para a sua regularização;

c) Detalhar as consequências decorrentes do incumprimento das obrigações legais e contratuais referidas no n.º 1 do presente artigo;

d) Explicitar que a cominação é a extinção do direito mineiro de acordo com as disposições aplicáveis do Código Mineiro.

ARTIGO 6.º
(Títulos caducados e ilegais)

1. Paralelamente ao processo referido nos artigos anteriores, relativamente às áreas mineiras tituladas, os serviços competentes do MGM devem identificar todas as concessões cujos títulos estejam abrangidos por uma ou mais causas de caducidade de direitos mineiros previstas no artigo 55.º do Código Mineiro e adoptar todas as medidas necessárias para impedir que os mesmos prossigam a actividade geológico-mineira de modo ilegal.

2. O disposto no número anterior é aplicável a todos os casos em que se verifique a ocorrência de actividade mineira que esteja suportada por um título cuja legalidade não seja comprovada pelo respectivo titular.

3. Os órgãos de defesa e segurança devem prestar ao MGM todo o apoio necessário para que se proceda ao encerramento das actividades geológico- mineiras ilegais, sempre que solicitado para o efeito.

ARTIGO 7.º
(Projectos estruturantes)

1. Sem prejuízo do disposto nos artigos anteriores, deve ser dado um tratamento diferenciado à regularização das concessões nos casos em que as irregularidades perante o Código Mineiro sejam verificadas em projectos com potencial para terem um impacto estruturante na economia.

2. Para efeito do disposto no número anterior, devem ser considerados designadamente os seguintes:

- a) Projectos de prospecção ou de exploração com uma actividade em larga escala;
- b) Projectos de exploração de longo prazo de maturação;
- c) Projectos altamente intensivos em capital;
- d) Projectos em que participem empresas detidas pelo Estado.

3. Nos casos a que se reporta o presente artigo, a aplicação das sanções legalmente previstas deve ser precedida de um processo de diálogo entre os seus promotores e o MGM, visando analisar conjuntamente os constrangimentos e as possíveis soluções, nos termos da lei.

ARTIGO 8.º
(Concessionárias nacionais)

Relativamente aos minerais que estejam sob regulação de uma concessionária, esta deve aplicar as regras previstas no presente Diploma, sob coordenação e orientação metodológica do MGM, devendo as concessionárias propor fundamentadamente ao MGM os casos passíveis do tratamento diferenciado previsto no artigo anterior.

ARTIGO 9.º
(Projectos em fase de exploração)

Relativamente aos projectos em fase de exploração, além da aplicação, com as devidas adaptações, das medidas previstas nos artigos anteriores, o MGM e os Ministérios do Ambiente e das Finanças devem prosseguir e intensificar as acções conjuntas inseridas no mecanismo de acompanhamento das actividades das empresas mineiras.

ARTIGO 10.º
(Suspensão temporária de outorgas)

1. Fica suspensa a outorga de novos títulos mineiros até à conclusão do PLANAGEO e do respectivo mapeamento geológico-mineiro do País.

2. Durante o período de suspensão referido no número anterior o MGM deve preparar as condições organizativas internas para a regularização dos títulos emitidos até agora e para a outorga futura de títulos, observando rigorosamente o disposto no Código Mineiro.

3. Excluem-se da suspensão referida neste artigo, a outorga de títulos para projectos estruturantes manifestamente viáveis técnica, económica e financeiramente.

ARTIGO 11.º
(Outras acções conjuntas)

Sem prejuízo das responsabilidades específicas do sector, o Ministério da Geologia e Minas, o Ministério do Ambiente e o Ministério das Finanças devem assegurar que seja feita a constatação do cumprimento das obrigações das empresas no concernente à produção, comercialização, protecção ambiental e tributação de todas as empresas concessionárias de direitos mineiros.

ARTIGO 12.º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelo Presidente da República.

ARTIGO 13.º
(Disposição transitória)

Os projectos de investimento mineiro cujos processos de outorga estejam em curso à data de publicação do presente Decreto Presidencial devem observar, com as necessárias adaptações, o tratamento previsto no n.º 3 do artigo 10.º do presente Diploma.

ARTIGO 14.º
(Entrada em vigor)

O presente Decreto Presidencial entra em vigor na data da sua publicação.

Apreciado em Reunião Conjunta da Comissão Económica e da Comissão para a Economia Real do Conselho de Ministros, em Luanda, aos 6 de Agosto de 2015.

Publique-se.

Luanda, aos 8 de Setembro de 2015.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

Despacho Presidencial n.º 73/15
de 15 de Setembro

Considerando a necessidade de se aprovar o Projecto de Fornecimento de Fardamento e Equipamento de Uso Militar para as Forças Armadas Angolanas, assim como a sua inclusão no Programa de Investimento Público;

O Presidente da República determina, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 5 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República, o seguinte:

1.º — É aprovado o Projecto de Fornecimento de Fardamento e Equipamento de Uso Militar para as Forças Armadas Angolanas, bem como o Contrato referente ao mesmo, a seguir designado:

a) Contrato de Fornecimento de Fardamento e Equipamento de Uso Militar para as Forças Armadas Angolanas, a ser celebrado com a empresa China Xinxing Import and Export Corporation, no valor total de USD 44.600.000,00 (quarenta e quatro milhões e seiscentos mil dólares norte-americanos);

2.º — É autorizado o Ministro da Defesa Nacional, em representação do Estado Angolano, a celebrar o Contrato acima referido.

3.º — É autorizado o Ministro do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial a incluir o Projecto de Fornecimento de Fardamento e Equipamento de Uso Militar para as Forças Armadas Angolanas na Programação Anual de Investimentos do Programa de Investimento Público (PIP).

4.º — O Ministério das Finanças deve assegurar a disponibilidade dos recursos financeiros necessários à implementação do Projecto.

5.º — As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelo Titular do Poder Executivo.

6.º — O presente Despacho Presidencial entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 10 de Setembro de 2015.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

Despacho Presidencial n.º 74/15
de 15 de Setembro

A Lei de Bases do Sistema de Condecorações, Títulos Honoríficos e Distinções no seu artigo 24.º, n.º 1 atribui competência ao Presidente da República para designar membros a fim de integrarem as comissões das várias ordens;

Tendo em conta que a referida Lei no seu artigo 9.º, n.º 1, determina que as condecorações, títulos honoríficos e distinções podem ser civis ou militares;

Havendo necessidade de se actualizar a comissão para as famílias das condecorações militares, com vista à institucionalização do sistema;

O Presidente da República determina nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 5 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

1.º — É actualizada a Comissão para a família das condecorações militares que integra as seguintes entidades:

a) Bornito de Sousa Baltazar Diogo — Representante do organismo proponente;

b) Luzia Inglês Van-Dúnem — Representante do organismo proponente;

c) Pedro José Van-Dúnem — Outorgado com a medalha de sobrevivente do 4 de Fevereiro;

d) Trindade Pascoal Salvador — Representante de Paiva Domingos da Silva, outorgado com a Ordem «Agostinho Neto»;

e) Manuel da Cruz Neto — Representante da Chancelaria das Ordens e Condecorações dos Órgãos Auxiliares do Presidente da República.

2.º — A referida Comissão, de acordo com o artigo 25.º da Lei n.º 14/02, de 18 de Outubro, tem as seguintes competências:

a) Proceder ao registo das condecorações, títulos honoríficos e distinções atribuídas à família das condecorações civis;

b) Emitir parecer sobre as propostas de agraciamento com condecorações, títulos honoríficos e distinções;

c) Estudar as questões sobre as condecorações, títulos honoríficos ou distinções, relacionadas com a respectiva entidade ou organizações atribuídas;

d) Informar sobre o mérito dos candidatos;

e) Elaborar, analisar e fazer circular os processos das propostas de outorga;

f) Elaborar propostas para a criação de novas condecorações, títulos honoríficos e distinções;

g) Instruir os processos disciplinares instaurados aos agraciados com condecorações e títulos honoríficos;

h) Advertir os agraciados de comportamentos menos dignos que eventualmente venham a praticar;

i) Zelar para que os agraciados façam um uso adequado das condecorações, forma e condições legalmente estabelecidas;

j) Cumprir as demais tarefas superiormente orientadas ou estabelecidas por lei.

3.º — As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelo Presidente da República.

Publique-se.

Luanda, aos 8 de Setembro de 2015.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

Despacho Presidencial n.º 75/15
de 15 de Setembro

Considerando que ao abrigo do Despacho Presidencial n.º 35/15, de 5 de Maio, se extingue a Comissão Nacional de Alfabetização criada através do Despacho Presidencial n.º 38/13, de 15 de Abril;

Tendo em conta que a referida Comissão visa a redução de forma progressiva, estruturada e sustentada do analfabetismo no âmbito do cumprimento dos objectivos do Decénio das Nações Unidas para a Alfabetização e Educação para todos;

Considerando que ainda persistem os desafios para a irradicação do analfabetismo no País e havendo necessidade de se dar continuidade dos referidos trabalhos;

O Presidente da República determina, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 5 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

1.º — É actualizada a Comissão Nacional de Analfabetismo coordenada pelo Ministro da Educação e que integra as seguintes entidades:

- a) Ministro da Administração do Território;
- b) Ministro da Defesa Nacional;
- c) Ministro do Interior;
- d) Ministro da Comunicação Social;
- e) Ministro da Família e Promoção da Mulher;
- f) Ministro da Juventude e Desportos;
- g) Secretário para os Assuntos Sociais do Presidente da República;
- h) Representantes de Organizações Não-Governamentais;
- i) Representantes das Instituições Religiosas;
- j) Representantes das Instituições Privadas e Centrais Sindicais que realizam acções de alfabetização.

2.º — A Comissão tem as seguintes atribuições:

- a) Monitorar o Programa Nacional de Alfabetização;
- b) Avaliar a execução das metas aprovadas e proceder às correcções necessárias;
- c) Orientar e controlar o trabalho dos órgãos da Comissão.

3.º — Para a realização das suas tarefas a Comissão conta com o apoio dos seguintes órgãos:

- a) Secretariado Executivo da Comissão Nacional de Alfabetização coordenada pela Secretária de Estado para o Ensino Geral e Acção Social, composta por representantes dos órgãos que integram a Comissão;
- b) Comissão Provincial de Alfabetização coordenada pelo respectivo Governador e integra as seguintes entidades:

- i. Vice-Governador para o Sector da Política Social que assume a coordenação de um Secretariado Executivo;
- ii. Administradores Municipais;

iii. Director Provincial da Educação;

iv. Representantes de Organizações Não-Governamentais, das Instituições Religiosas e das Instituições Privadas e Centrais Sindicais que realizam acções de alfabetização na Província.

4.º — O Coordenador da Comissão, bem como os Coordenadores dos respectivos órgãos podem convidar outras entidades ou funcionários sempre que necessário.

5.º — O Coordenador da Comissão deve apresentar trimestralmente o relatório das actividades desenvolvidas ao Vice-Presidente da República que o submete ao Titular do Poder Executivo.

6.º — O Coordenador da Comissão deve apresentar o relatório final dos trabalhos ao Titular do Poder Executivo, no fim do Plano de Execução do Programa, altura em que se considera extinta a Comissão.

7.º — É revogada toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma, nomeadamente o Despacho Presidencial n.º 38/13, de 15 de Abril.

8.º — As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelo Presidente da República.

9.º — O presente Despacho Presidencial entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 8 de Setembro de 2015.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Despacho n.º 287/15

de 15 de Setembro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com os n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, das alíneas a) e d) do n.º 1 do artigo 4.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 299/14, de 4 de Novembro, e do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 16-A/95, de 15 de Dezembro, determino:

1. São subdelegados ao Secretário Geral do Ministério das Finanças, Américo Miguel da Costa, plenos poderes para representar o Ministério das Finanças na assinatura do Contrato de Empreitada de Modificação, Instalação e Apetrechamento de um Refeitório no 5.º andar do Edifício-Sede do Ministério das Finanças, que vincula a Empresa SINOVA — Arquitectura Urbanismo e Remodelação, Limitada, com sede no Largo

Major Marcelino Dias, n.º 50, 1.º andar, Bairro Maculusso, em Luanda.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor. Publique-se.

Luanda, aos 9 de Setembro de 2015.

O Ministro, *Armando Manuel*.

Despacho n.º 288/15
de 15 de Setembro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições combinadas dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, da alínea d) do n.º 1 do artigo 4.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 299/14, de 4 de Novembro, e do n.º 1 do Despacho Presidencial n.º 44/14, de 25 de Abril, determino:

1. É autorizada a desvinculação e alienação dos seguintes imóveis vinculados:

- a) Imóvel sito em Luanda, Distrito da Ingombota, Guilherme Pereira Inglês (ex-Barbosa Rodrigues), 1.º andar, com Número de Polícia 6, Apartamento n.º 6, descrito na Matriz Predial Urbana sob o n.º 3.400;
- b) Imóvel sito em Saurimo, Lunda-Sul, Bairro 11 de Novembro, Rua Martins Soares, descrito na Matriz Predial Urbana sob o n.º 174.

2. São subdelegados plenos poderes ao Coordenador da Comissão Multisectorial para a Desvinculação e Venda de Imóveis Vinculados (CMDVIV), Sílvio Franco Burity, para em representação deste Ministério outorgar os Contratos -Promessa de Compra e Venda e a escritura pública referentes aos imóveis descritos no n.º 1.

3. Este Despacho entra imediatamente em vigor. Publique-se.

Luanda, aos 9 de Setembro de 2015.

O Ministro, *Armando Manuel*.